

Eixo Temático ET-13-030 - Educação Ambiental

CONSUMO CONSCIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A OBTENÇÃO DE UMA SOCIEDADE PRÁTICA, IGUALITÁRIA E AUTOSSUFICIENTE

Mônica Lanza Padrão, Adriele Rodrigues Souza, Anderson Eduardo dos Santos, André Monteiro Gomes, Beatriz Soares Silva, Pedro Lucas Ferraz Ramos, Mel Amélia de Souza Pereira

Instituto Federal de Sergipe - Projeto de Extensão - Sergipe - IFS.

RESUMO

O objetivo do atual mundo industrializado é buscar melhorias e praticidade para o cotidiano de cada indivíduo. Porém, as principais fontes de energia utilizadas nesse avanço tecnológico não são renováveis, e conseqüentemente estão impulsionando a crise ambiental e afetando o bem-estar dos seres vivos. Nessa análise, observa-se que o processo da industrialização e a saúde da população não são termos complementares. Desse modo, há uma necessidade de disseminar os conceitos que abrange o desenvolvimento sustentável e, principalmente, praticá-los. Assim, esse artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre os temas consumo consciente e economia solidária além de alternativas que colaborarem com as soluções dos problemas apresentados. A logística da economia solidária - jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, de modo que não aconteça a exploração dos outros e a destruição do meio ambiente – e do consumo consciente são sugeridos na construção de uma sociedade mais igualitária e saudável.

Palavras-chave: Meio ambiente; Consumo; Economia solidária; Desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, a ciência obteve grandes avanços que transformaram o cotidiano do homem. O surgimento de novas tecnologias desencadeou na mudança do método de produção de mercadorias, que mudou de artesanal para o industrial. A primeira revolução industrial foi caracterizada por duas grandes invenções: o uso do carvão como fonte de energia, que promoveu o desenvolvimento da máquina a vapor, e a locomotiva. Desta forma, foi estabelecido um novo jeito de mobilidade e produção. A descoberta do petróleo leva a segunda revolução industrial, este permanece até a atualidade como matriz energética principal.

No início dos avanços tecnológicos e de suas inovações não havia a preocupação com a preservação do meio ambiente. No entanto, progresso econômico e meio ambiente são termos paradoxais, quando se trata de lucratividade.

O crescimento econômico é um ingrediente importante do desenvolvimento, mas não é o único. Ainda mais quando se deseja que um desenvolvimento seja sustentável (...) E muitos povos que encontraram meios mais sustentáveis de utilizar seus recursos estão bem distantes do que se entende atualmente por desenvolvimento.

Pode até haver uma ou outra exceção, mas são casos raros e isolados. É cada vez mais fácil apontar a insustentabilidade dos atuais padrões de crescimento, mas a facilidade desaparece por completo quando se tenta definir os caminhos que levarão a um desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2006).

Analisando pela ótica ambiental, a queima de combustíveis fósseis prejudica o planeta em razão da grande emissão de gases que acentuam o efeito estufa e destroem a camada de ozônio, levando a impactos ambientais catastróficos.

Já pela ótica social, existe uma desigualdade no consumo exagerado de recursos naturais. Os países desenvolvidos, com apenas 20% da população, são os que mais consomem e os que mais geram poluição enquanto que os países do Sul (80%), ficam com a menor porção dos recursos naturais. Torna-se evidente que existem disparidades na distribuição dos recursos, não sendo possível a incorporação de todos no universo consumista em razão da finitude de recursos naturais.

A noção de sustentabilidade nasce da necessidade de garantir a disponibilidade dos recursos naturais hoje e para os seus futuros habitantes, por meio de uma gestão que contemple tanto a proteção ambiental quanto a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado da sociedade. Trata-se não apenas de reduzir a pressão sobre os recursos naturais, mas de garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a prosperidade dos setores produtivos, através do desenvolvimento equilibrado das nações hoje e no futuro.

Neste momento os governos tem um papel de fundamental importância por serem indutores de mudanças para o estabelecimento de novos modelos de desenvolvimento que sejam compatíveis com os limites ambientais do planeta, uma vez que existem práticas de produção e consumo que melhoram a eficiência no uso de produtos e recursos naturais, econômicos e humanos, levando a redução do impacto sobre o meio ambiente, à igualdade social e à redução da pobreza.

Porém não é justo apontar apenas para o Estado a responsabilidade da mudança. A falta de consciência ambiental e o saldo negativo de ações comunitária dos cidadãos devem ser evidenciados.

Nesse contexto, surge no IFS - *Campus Lagarto* em 2014 o Projeto de Extensão HORTIFS - Programa de Horta Orgânica Comunitária, voltado para o estudo sobre os temas: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, através da implantação de uma horta orgânica comunitária no Campus. Em 2015 o mesmo projeto foi submetido no Edital nº 10/2015 - PIBEX para continuidade das atividades educacionais implementadas em 2014. Dividi-se o projeto em quatro etapas, sendo elas: motivação/sensibilização, envolvimento/habituação, capacitação e desenvolvimento/aperfeiçoamento. O presente artigo é o resultado da primeira etapa que se encontra em desenvolvimento, motivação/sensibilização, onde os membros do projeto estão tendo acesso aos temas meio ambiente e desenvolvimento sustentável através do estudo de vários autores que falam sobre o tema.

OBJETIVO

GERAL

Revisar bibliograficamente os temas meio ambiente, economia solidária e consumo, baseada nos estudos realizados pelos membros do Projeto de Extensão

2014/2015 Programa de Horta Comunitária Agroecológica do IFS *Campus* Lagarto - HORTIFS.

ESPECÍFICOS

- disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e meio ambiente,
- aprimoramento da consciência ambiental no âmbito individual e no coletivo; estruturando a base de uma educação efetiva.

MATERIAL E MÉTODOS

O tipo de pesquisa em tela é uma pesquisa bibliográfica que, segundo Cervo e Bervian (1983, p.55) é uma pesquisa que “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”. Já Gil (1999) explica que este tipo de pesquisa se desenvolve mediante material já elaborado encontrado em livros e artigos científicos.

Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, os conceitos de economia solidária e de consumo consciente foram buscados em livros, dissertações, teses, manuais, revistas, dentre outros.

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23 apud LIMA; MIOTO, 2007)

Lima e Mioto (2007) dizem que a pesquisa bibliográfica também pode ser caracterizada como revisão de literatura ou bibliográfica, pela “falta de compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa” enquanto na pesquisa bibliográfica deve-se ficar “atento ao objeto de estudo” e desta forma “não pode ser aleatório”.

De acordo com as autoras, a pesquisa bibliográfica “possibilita um amplo alcance de informações”, “permite a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações”, “auxiliando na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (GIL, 1994, apud Lima e Mioto, 2007).

Requer mais trabalho, disciplina e atenção do pesquisador, sendo “um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo”. (Lima e Mioto, 2007)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O compromisso firmado durante o evento Rio 92 evidencia a preocupação com o impacto ambiental de diferentes estilos de vida e padrões de consumo:

Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e

produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios. (Agenda 21, cap. 4)

Dentre as alternativas, a economia solidaria se apresenta como uma inovadora alternativa para a geração de trabalho e renda, além de contribuir para inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Durante sua prática, formam-se cooperativas que realizam atividades de comercio justo e consumo solidário.

A economia solidaria constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e todos os cidadãos da terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (Carta de Princípios da Economia Solidaria do Fórum Brasileiro de Economia Solidaria)

Seguindo o mesmo parâmetro econômico, social e sustentável, o consumo consciente também apresenta relevância, pois é o hábito de consumir com responsabilidade. Parar para pensar se realmente precisa do que esta comprando e preferir produtos mais duráveis são simples ações que desfazerem a realidade do hiperconsumo.

Ao se focar as questões individuais dentro de um contexto mais amplo, percebe-se que a capacidade de escolha de cada indivíduo sugere alternativas para a mudança na forma de atuação junto ao meio ambiente e às questões da sociedade. Entendendo que de forma alguma o consumir pode deixar de ser praticado pela população, na medida em que os recursos se tornem escassos, o consumo consciente efetiva-se ao ser levado em consideração os impactos provocados pelo consumo, buscando maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos de acordo com os princípios da sustentabilidade. (INSTITUTO AKATU, 2002)

O hiperconsumo dos recursos naturais e a desigualdade na distribuição dos benefícios, conduziram à insustentabilidade ambiental e social dos atuais padrões de consumo e seus pressupostos éticos. Faz-se necessário associar o reconhecimento das limitações da Terra ao reconhecimento do principio universal de equidade na distribuição e acesso aos recursos indispensáveis a vida humana.

ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DAQUI AINDA TEM QUE REFORMULAR

Embora a economia solidária seja considerada como um novo modelo econômico, Gaiger (1999) explica que “não é de hoje que o solidarismo econômico é utilizado como recurso pelos trabalhadores. Formas comunitárias e autogestionárias de organizar a produção e o consumo existem há bastante tempo”.

Para Singer (2008), as principais características da economia solidária é a igualdade e a autogestão. Conclui que “os empreendimentos de economia solidaria são

geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”.

Singer (2000) a considera como uma possibilidade de diminuir as desigualdades sociais e o desemprego. Diz o autor que "Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente".

Já para Mourão e Engler (2014), a redução da desigualdade social é possível com o solidarismo, uma vez que “a Economia Solidária procura diminuir fronteiras, sejam elas barreiras nacionais, sociais, culturais, raciais, religiosas e até mesmo as acadêmicas”.

Para os autores, tal perspectiva acarretaria:

- a) a conquista de melhores condições de vida no que se refere a alimentação, moradia, renda, educação, convívio comunitário, articulação política, entre outros para muitas pessoas que já estavam à margem do sistema produtivo capitalista a exemplo dos trabalhadores da coleta seletiva e reciclagem urbanos ou dos assentados rurais do programa de Reforma Agrária;
- b) a formação de uma nova cultura onde os participantes, por livre adesão, rompem com o individualismo dos dias atuais. A assimilação ao processo socioeducativo se originará da vida coletiva, da participação nas assembleias ou mesmo do contato com os profissionais tais como administradores, agrônomos, assistentes sociais, contadores, sociólogos, pedagogos e profissionais da saúde que atuam nas políticas públicas de fomento e assessoria dos experimentos de economia solidária;
- c) um microespaço de formulação de uma contra-hegemonia capitalista, que poderá ser significativo para a instalação de outro projeto societário, onde as relações sociais produtivas estejam subordinadas às demandas sociais e ambientais, e não ao lucro individualizante e concentrador;
- d) uma estratégia a partir dos subalternizados, e não dos incluídos nos benefícios do lucro e da condição de estratos médios da sociedade, de possibilidade de mudança a longo prazo do panorama atual de descrença absoluta no ser humano e na sua capacidade de reflexão, mobilização e viabilização de novos projetos e utopias.”

Assim, Economia Solidária apresenta-se como um modelo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidades de todos (MOURÃO e ENGLER, 2014). Dentre suas características, destacam-se a autogestão, a autonomia de cada organização e a igualdade entre os participantes, conforme Singer (2002).

CONSUMO CONSCIENTE

Diante da crise ambiental, Gomes (2006) diz que o principal meio para solucioná-la é a mudança de mentalidade antropocêntrica do mundo. A limitação dos recursos naturais reafirma esse posicionamento, assim, educar para o consumo é o ponto crucial para a conscientização.

Há a necessidade de mudanças no modo de pensar, que levem em consideração as atuais características da sociedade contemporânea e privilegiem uma visão total de mundo, comum a postura ética, responsável e solidária (GOMES, 2006).

Entretanto, Della Giustina (2004) ressalta que a crise ambiental mencionada remete a uma crise de valores, e que assim, a torna causadora dos problemas ambientais.

As crises constituem consequências e não causas dos desequilíbrios do processo. Atuando sobre as consequências sem modificar as estruturas, ou a natureza do processo, surge como uma forma de aquietar as consequências, enquanto o modelo que gera os desequilíbrios insustentáveis é mantido, o que não fará superar as crises e nem fará as transformações necessárias no rumo da mudança civilizatória.

A não preocupação com a preservação ambiental sempre foi a natural característica do crescimento da sociedade contemporânea. De acordo com Morin e Kern (2003), “o mito do desenvolvimento determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele”. No entanto, os recursos que a natureza oferece não podem ser apenas objetos para a exploração descontrolada, por serem essenciais para a continuidade da vida na terra. É necessário ter cuidado e responsabilidade, como explica Leonardo Boff (1999), “cuidado significa, então, desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato... estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude”.

O desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente são paradoxais. Penna (1999) explica que o paradigma antropocêntrico faz com que o crescimento econômico seja encarado como solução dos problemas, porém este depende da biosfera que é finita. A economia não é um sistema fechado, portanto o crescimento econômico tanto afeta o meio ambiente quanto é por ele afetado, sendo parte de um sistema único e que interagem entre si.

O foco da sociedade contemporânea não pode mais estar direcionado apenas para a produção de riquezas, mas para a sua distribuição e sua melhor utilização. É necessária uma verdadeira e efetiva mudança de postura na relação entre o homem e a natureza, onde não há a dominação, mas a harmonia entre eles (GOMES, 2006).

Perante este quadro, devemos pensar em buscar uma nova ética, regida por um sentimento de pertencimento mútuo entre todos os seres. A ética, que sempre esteve preocupada com as questões de existência do homem, agora deve voltar-se principalmente para a sua inter-relação com o planeta – uma ética voltada a um relacionamento equilibrado entre a natureza e o ser humano. Assim, é necessária a construção de uma ética ambiental voltada ao futuro, para que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado possa ser assegurado para todas as gerações (SIRVINSKAS, 2002).

Durante a formação de uma nova consciência voltada para a preservação do planeta é essencial a educação do consumidor, uma vez que grande parte dos problemas ambientais presentes são fruto dos padrões impostos pela economia de mercado difundida pelos meios de comunicação de massa, impondo um estilo de vida insustentável e inalcançável para a maioria. A educação deve passar a adquirir novos significados na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. A educação constitui-se no melhor caminho para melhorarmos a nossa sociedade (GOMES, 2006).

Quando se trata de preservação do meio ambiente, o consumidor tem grande poder. O INMETRO explica que “dar preferência a produtos de empresas que têm uma

clara preocupação como meio ambiente, não compactuar com a ilegalidade, não consumir de forma a prejudicar as gerações futuras, dar preferência às empresas que não exploram o trabalho infantil, reclamar os seus direitos, usar o poder de compra para defender o emprego no país, adquirindo produtos nacionais, colaborar para reduzir a quantidade de lixo produzido, evitando o desperdício e a compra de produtos com embalagens inúteis ou que demorem a se decompor, dar preferência a materiais reciclados, saber identificar as empresas que são éticas em seu relacionamento com os consumidores, os trabalhadores, os fornecedores, a sociedade e o Poder Público, são algumas das ações do consumidor consciente”.

A atuação do consumidor no mercado pode ter reflexos positivos ou negativos sobre a economia, o meio ambiente e o comportamento das empresas. De maneira que o consumidor tem a responsabilidade de usar esse poder não apenas em benefício próprio, mas para o de toda a coletividade – e isso só será possível através da formação de uma nova consciência, construída através da educação ambiental (GOMES, 2006).

CONCLUSÕES

A partir da análise dos textos bibliográficos conclui-se que é possível termos uma sociedade prática, igualitária e autossuficiente. Para que tenhamos um consumo sustentável e consciente, torna-se necessário o estudo de conceitos como economia solidária, de outros meios de comércio justo que não agredam o meio ambiente e que busquem preservá-lo, pensando em como a natureza bem cuidada influencia no dia-a-dia e na saúde da comunidade em geral.

Dentre as alternativas, a economia solidária movimentada tanto o estado do meio ambiente, quanto o emprego e a renda. Voltada para a necessidade de cada um, gera igualdade e conservação dos bens existentes na comunidade.

Ajudar o meio ambiente e preservá-lo não significa apenas cuidar da flora e da fauna. Tornar-se um consumidor consciente será muito mais eficiente pois fará com que as empresas mudem sua forma de agir porque estas atendem as necessidades dos consumidores. Quando a procura desses produtos for maior, sua produção aumentará e nos tornaremos cidadãos “do bem” quando se trata de preservação ambiental.

Para ser um consumidor consciente é importante, parar e pensar no que se compra, levar em consideração a diferenciação entre o necessário e o supérfluo, ou seja, sempre se perguntar: “ eu realmente preciso?” fará a diferença entre o consumidor compulsivo e o consciente.

Sugerimos que tais conceitos sejam discutidos em todos os níveis escolares, desde a pré-escola, fundamental, e ensino médio. A escola como parceira da comunidade e formadora de cidadãos conscientes poderá criar espaços para discussão sobre os temas Desenvolvimento sustentável, economia solidária e consumo consciente, com a finalidade de difundir e multiplicar tais conceitos e práticas diuturnas.

REFERÊNCIAS

AKATU, DIÁLOGO. **Consumidor, o poder da consciência**. São Paulo: Instituto Akatu, 2002.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 9. ed. Petrópolis:Vozes, 1999.

BRASIL. Leis, decretos etc. Lei nº 9.795/1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

DELLA GIUSTINA, O. **Participação & solidariedade**: a revolução do terceiro milênio II. Unisul, 2004.

DELLA GIUSTINA, O. **Direitos do consumidor; Ética no consumo**. Brasília: INMETRO, 2002. (Coleção educação para o consumo sustentável).

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Produção de Terceiros Sobre Paulo Freire; Série Livros, 2008.

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. **Sindicalismo e Economia Solidária**, p. 29-42, 1999.

GOMES, D. V. Educação para o consumo ético e sustentável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 16, p. 18-31, 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 3, p. 189-205, 2003.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál, Florianópolis**, v. 10, 2007.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOURÃO, N. M.; ENGLER, R. C. Solidarity Economy, Social Technology and Design: sustainable initiatives with residue Cerrado for handicraft production in extractive communities. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 2, p. 329-339, 2014.

PENNA, C. G. **O estado do planeta**: sociedade de consumo e degradação ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, M. E.; GÓMEZ, C. R. P. Consumo consciente: o papel contributivo da educação. **REUNA**, v. 15, n. 3, 2010.

SINGER, P. I.; DE SOUZA, A. R. (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SIRVINSKAS, L. P. Meio ambiente e cidadania. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, n. 35, p. 305-307, 2002.